

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 759.589 - SP (2015/0190248-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **SANTA IFIGÊNIA EMPREENDIMENTOS SA**
ADVOGADO : **CRISTÓVÃO COLOMBO DOS REIS MILLER E OUTRO(S)** -
SP047368
AGRAVADO : **MILTON COLLAVINI**
ADVOGADO : **DANIEL PEZZUTTI RIBEIRO TEIXEIRA** - SP162004
INTERES. : **HOUSE PARTICIPAÇÕES S/A**
ADVOGADO : **ARTUR THOMPSEN CARPES** - RS055219
INTERES. : **JOSÉ HENRIQUE RAGUEB KULAIF**
ADVOGADO : **JOSÉ CARLOS NICOLA RICCI** - SP204183

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO EXECUTIVO OU DE INEXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS EM INSTRUMENTO DE TRANSAÇÃO. AFASTADA A PRECLUSÃO RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. ENTENDIMENTO CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo conhecido para se conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento.

DECISÃO

Ao que se colhe dos autos, foi ajuizada por Santa Ifigênia Empreendimentos S/A contra Milton Collavini, no Poder Judiciário do Estado de São Paulo, uma ação declaratória de nulidade de título ou inexigibilidade das obrigações constituídas em transação assinada em 19/9/2001, a qual foi julgada extinta pela prescrição, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil de 1973, tendo a sentença também concluído pela improcedência da reconvenção.

No julgamento da apelação, reconheceu-se a nulidade da sentença por se entender que foi indevidamente aplicada a prescrição, tendo em vista que essa questão foi apreciada em desacordo com os termos dos pedidos formulados na inicial; não obstante, decidiu o Tribunal estadual pela extinção do processo na forma do art. 267, VI, do CPC/1973, ante a falta de interesse de agir da autora pela preclusão da discussão, haja vista a anterior apresentação de exceção de pré-executividade e de embargos à execução, ambos

já julgados, mas sem exame de mérito. A ementa desse julgado foi assim redigida:

Ação declaratória de nulidade de título executivo ou de inexigibilidade das obrigações na transação que lastreia a execução promovida contra a demandante - Alegação de que mencionado título não traz obrigação incondicionada de pagamento pela demandante, cuidando-se de contrato bilateral, não tendo o réu provado o cumprimento das obrigações que assumiu em mencionado ajuste, enquanto que cumpriu aquelas que lhe competiam, bem como por não constituir a multa nela prevista título executivo, por ter sido eleita a título de indenização, em caso de descumprimento do contrato - Extinção do processo decretada nos termos do art. 269, inc. IV, do CPC, por ter sido reconhecida pelo douto Magistrado a prescrição da ação, de conformidade com o art. 178, § 9º, inc. V, alínea "a", do Código Civil de 1916 - Descabimento- Inaplicabilidade deste prazo prescricional em relação à presente demanda, atento à sua fundamentação e sua finalidade - Alegação de nulidade da r. sentença recorrida feita pela autora que deve ser acolhida - Preliminar de carência da ação, porém, arguida na contestação do réu que merece guarida, o que comporta ser conhecido nesta sede recursal, nos termos do art. 515, § 3º, do CPC - Autora que a apresentou nos autos da execução exceção de pré-executividade, que veio a ser rejeitada tanto em primeiro e como em segundo grau, assim como também opostos embargos à execução, alegando, também, as mesmas matérias deduzidas na presente demanda, os quais foram rejeitados por intempestividade, o que restou também confirmado por esta Câmara, no julgamento da Apelação n. 9097044-22.2007.8.26.0000 - Deve prevalecer, nesta hipótese, o entendimento de que a execução em tela não comporta mais ser impugnada pela demandante, por força destas decisões proferidas nos autos da execução, notadamente tendo-se em vista que perdeu o prazo previsto em lei para embargá-la, uma vez estando ciente de que esta era a defesa que deveria apresentar, em decorrência da rejeição da exceção de pré-executividade que havia interposto nos autos da execução - Não se trata no caso vertente, outrossim, a propósito de nulidade que seria apreciável de plano pelo julgador, independentemente da produção de provas pelo devedor, não prosperando as alegações da demandante de que a transação em tela, por referir-se a contrato bilateral, não prevendo, por isso, a obrigação incondicionada de pagamento por parte da autora, não configuraria título hábil para lastrear o ajuizamento de execução por título extrajudicial - Réu que ajuizou a execução em tela alegando ter cumprido as obrigações que lhe competir por força da transação firmada com a autora, apresentando, inclusive, prova documental a respeito, aduzindo não ter a devedora cumprido as que lhe cabia - Alegação da autora de ter cumprido suas obrigações e de que o réu não teria cumprido as que lhe cabiam que dizem respeito ao mérito da execução, e que somente comportariam ser deduzidas, por isso, mediante oposição de embargos, o que veio a fazer, mas intempestivamente - Admissibilidade, outrossim, da cobrança da multa

Superior Tribunal de Justiça

contratual por meio de execução - Discussão a respeito de seu valor que implicaria unicamente, se fosse o caso, em nulidade parcial do título ou na redução de seu valor, atento ao valor da transação, o que também dependeria da produção de provas para ser dirimido - Preliminar de preclusão arguida pelo réu que deve ser acolhida - Improcedência da reconvenção contraposta pelo réu que deve, por sua vez, ser mantida - Simples ajuizamento da presente ação que não enseja ao réu postular indenização por danos morais - Demandante que agiu no exercício regular de postular em juízo a defesa de seus interesses, não importando, neste aspecto, que sua pretensão tenha sido afastada - Hipótese de sucumbência recíproca das partes configurada em face disso - Recurso da autora provido para anular a r. sentença recorrida, julgando-se extinto, porém, o processo, nos termos do art. 267, inc. VI, do CPC - Recurso do réu improvido.

A esse acórdão foram opostos embargos de declaração por Santa Ifigênia e por House Participações S.A. (e-STJ, fls. 895-901 e 903-915), ambos rejeitados (e-STJ, fls. 925-930).

No recurso especial, Santa Ifigênia alegou dissídio jurisprudencial e violação aos arts. 3º, 126, 267, VI, 471, *caput*, 515, § 3º, todos do Código de Processo Civil de 1973, sustentando que inexistente preclusão pelas seguintes razões: a) a impugnação da recorrente ao "pseudo título executivo jamais foi apreciada"; b) porque somente se cogitaria de preclusão caso houvesse decisão efetiva sobre a impugnação dentro do mesmo processo, dado "que a preclusão é fenômeno que opera dentro do processo, não se projetando para fora", na dicção do Min. Eduardo Ribeiro no REsp n. 135.355/SP; e c) porque inexistente coisa julgada material no caso concreto.

Defendeu, ainda, que o § 3º do art. 515 do CPC/1973 tem incidência restrita aos casos de extinção do processo sem julgamento de mérito. E, na espécie, "ainda que de forma equivocada, o Juízo de Primeiro Grau decretou a extinção do feito com julgamento de mérito", por força do reconhecimento da prescrição (e-STJ, fl. 984).

Pontuou, outrossim, alternativamente, a necessidade de anulação do acórdão por violação ao art. 535, I e II, do CPC/1973, na medida em que os embargos foram rejeitados sem suprir as seguintes omissões no julgado: i) a respeito do pedido de pronunciamento do § 3º do art. 515 do CPC/1973, o qual tem aplicação restrita aos casos

Superior Tribunal de Justiça

de extinção do feito sem exame de mérito, e acerca do art. 126 do CPC/1973, que exclui a possibilidade de julgamento de extinção pelo mérito, como se deu nestes autos; ii) no tocante à inexistência de preclusão pela rejeição da exceção de pré-executividade e dos embargos de devedor; e iii) relativa aos pedidos de inexigibilidade de novas obrigações na contratação ajustada, de inexistência de solidariedade e ilegitimidade de partes, dentre outros.

Contrarrazões às fls. 1.077-1.075 (e-STJ).

Em razão de não ter sido admitido o especial, a recorrente ingressou com o presente agravo, tendo rebatido, adequadamente, os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Bem examinadas as alegações da recorrente, penso que o inconformismo por ela manifestado se mostra justificado.

De início, afasto a preliminar de intempestividade arguida nas contrarrazões do especial. Verifico que, em 17/6/2014, último dia do prazo, o expediente forense no Tribunal de Justiça de São Paulo transcorreu das 8h às 12h, conforme o Provimento CSM n. 2.168/2014 (fls. 666). Nesse dia, uma terça-feira, houve jogo da Seleção Brasileira de Futebol pela Copa do Mundo e o expediente foi encerrado mais cedo, o que justifica a prorrogação para o dia 18/6/2014, pelo que entendo tempestivo o recurso especial apresentado nessa data.

Nessa linha:

O encerramento antecipado do expediente forense, com inobservância do horário normal previsto no artigo 172 do CPC e o que dispõe a lei de organização judiciária local, justifica a prorrogação do prazo destinado à prática do ato processual para o primeiro dia útil subsequente, ainda que essa antecipação resulte de Portaria do Tribunal, publicada com antecedência" (REsp n. 917.763/PE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/8/2009, DJe 5/10/2009)

Registro, ainda, que apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão

Superior Tribunal de Justiça

da recorrente (e-STJ, fls. 800-892 e fls. 925-930).

Ademais, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.

1. O artigo 535 do Código de Processo Civil dispõe sobre omissões, obscuridades ou contradições existentes nos julgados. Trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que se verifica a existência dos vícios na lei indicados.

2. Afasta-se a violação do art. 535 do CPC quando o decisório está claro e suficientemente fundamentado, decidindo integralmente a controvérsia.

[...].

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag n. 1.176.665/RS, Relator o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 19/5/2011)

Quanto ao art. 515, § 3º, do CPC/1973, não obstante o acórdão o tenha aplicado por analogia, ante o julgamento com exame de mérito, tenho que inexistente a apontada violação. É que, conforme narram os autos, o Tribunal anulou a sentença, afastando a prescrição reconhecida, e prosseguiu no julgamento do feito, extinguindo-o com fundamento em matéria que lhe foi devolvida nas contrarrazões da apelação.

No entanto, quanto à tese de não ocorrência da preclusão, melhor sorte socorre à recorrente.

O acórdão recorrido considerou a recorrente carecedora de ação pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 888):

Em sede de preliminar, o réu requereu a extinção do presente feito, por força de preclusão, tendo-se em vista que apresentou nos autos da execução exceção de pré-executividade, que veio a ser rejeitada tanto em primeiro como em segundo grau, assim como também opostos embargos à execução, alegando, também, as mesmas matérias deduzidas na presente demanda, os quais foram rejeitados por

intempestividade, o que restou também confirmado por esta Câmara, no julgamento da Apelação n. 9097044-22.2007.8.26.0000 (vide fls. 811 destes autos). Assim, como a autora apresentou exceção de pré-executividade, que foi rejeitada por entender-se que as matérias nela deduzidas deveriam ser suscitadas em sede de embargos à execução, e veio, depois, a opor estes embargos, mas assim o fazendo intempestivamente, sendo eles, por isso, rejeitados de plano, por decisão confirmada perante este Tribunal, deve prevalecer, nesta hipótese, o entendimento de que a execução em tela não comporta mais ser impugnada pela demandante, por força destas decisões proferidas nos autos da execução, notadamente tendo-se em vista que perdeu o prazo previsto em lei para embargá-la, uma vez estando ciente de que esta era a defesa que deveria apresentar, em decorrência da rejeição da exceção de pré-executividade que havia interposto nos autos da execução.

A esse respeito, observo que a jurisprudência desta Corte tem reconhecido a possibilidade de discussão de temas de ordem pública, acerca da validade e da eficácia do título executivo, em ação de conhecimento, seja nos embargos do devedor, seja em ação anulatória, como na espécie, porquanto não há falar em preclusão no processo executivo.

Ilustrativamente, citam-se os seguintes arestos (sem destaque no original):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO PARA DISCUSSÃO EM PARALELO À PRÓPRIA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL A QUE SE REFERE. PRECEDENTES.

1. Esta Corte Superior possui orientação de que **"a validade e eficácia do título executivo extrajudicial podem ser objeto de posterior ação de conhecimento, quando na execução não forem opostos embargos do devedor, e, igualmente, quando tais embargos, embora opostos, não foram recebidos ou apreciados em seu mérito, incorrendo a preclusão e a coisa julgada material** (AgReg no AG n° 176552/SP, 4a Turma, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 02/05/2000, e AgReg no AG n° 8089/SP, 4a Turma, Rel. Min. ATHOS CARNEIRO, DJ de 20/05/1991)" (REsp 336.995/PR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2001, DJ de 4/2/2002).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 97.608/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 4/12/2013)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART.

535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS. POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO DESCONSTITUTIVA POSTERIOR. COISA JULGADA MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Inexiste violação dos arts. 458 e 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. Discute-se nos autos o cabimento de ação declaratória em que se intenta desconstituir o título executivo, ante o excesso de execução, bem como a ocorrência da preclusão, quando não opostos os embargos à execução.

3. Esta Corte possui entendimento sedimentado no sentido de que, no curso do processo de execução, não há impedimento a que seja ajuizada ação tendente a desconstituir o título em que aquela fundamenta-se. Todavia, carecendo a ação da eficácia própria dos embargos, a execução prosseguirá, salvo se admitida a antecipação de tutela, desde que preenchidos os requisitos básicos da fumaça do bom direito e do perigo na demora, o que ocorreu *in casu*.

4. **Conforme iterativos precedentes desta Corte, a não oposição dos embargos à execução não acarreta a preclusão, porquanto esta opera dentro do processo, não atingindo outros que possam ser instaurados, o que é próprio da coisa julgada material.**

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 31.488/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/9/2011, DJe 26/9/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NOTA PROMISSÓRIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS. POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO DESCONSTITUTIVA POSTERIOR. COISA JULGADA MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. É viável a propositura de Ação Anulatória de Negócio Jurídico, não obstante subsistir execução calcada em nota promissória emitida em razão do citado negócio, especialmente quando não tenha havido a interposição de embargos. Desse modo, deve ser reformado o acórdão originário, que decretou a impossibilidade jurídica do pedido.

2. **A jurisprudência reiterada desta Corte é assente no sentido de não ocorrer a preclusão na execução, tendo em vista que esta se opera dentro do processo, não podendo atingir processos vindouros, já que tal instituto não se confunde com a coisa julgada material. Desse modo, é aceitável que seja proposta ação objetivando desconstituir o título em que aquela**

Superior Tribunal de Justiça

se funda.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 500.057/SP, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 18/2/2010, DJe 8/3/2010)

Por destoar dessa orientação, deve ser reformado o acórdão recorrido para tornar insubsistente o dispositivo na parte em que julgou extinto o processo sem resolução de mérito.

Considerando que o acórdão estadual também se debruçou sobre a questão da prescrição e, pelos seus fundamentos, chegou mesmo a indicar que seria dado provimento à apelação de Santa Ifigênia para afastá-la — com o que se abriria a possibilidade de o apelado Milton Collavini interpor recurso especial —, o melhor encaminhamento parece ser, por efeito da presente decisão, o retorno dos autos à Corte de origem para novo pronunciamento sobre as apelações.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento a fim de, reformando a conclusão do acórdão recorrido quanto à falta de interesse de agir da autora, determinar o retorno dos autos à Décima Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo para que renove o julgamento das apelações, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator